

Título original:
Salazar, o Estado Novo e os Media

© José Luís Garcia, Tânia Alves, Yves Leonard e Edições 70, 2017

Revisão: Inês Costa

Capa: FBA
Na capa: Conferência do Dr. Oliveira Salazar no Secretariado da Propaganda Nacional, 1934
(ANTT/PT/TT/EPJS/SF/001-001/0028/00661)

Depósito Legal n.º 426714/17

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

GARCIA, José Luís, e outros

Salazar, o Estado Novo e os media / José Luis Garcia, Tânia Alves, Yves
Léonard. - (Extra-coleção)
ISBN 978-972-44-1977-0

I - ALVES, Tânia
II - LÉONARD, Yves

CDU 94(469)1934/1974(042)

Paginação:
João Jegundo

Impressão e acabamento:
Pentacdro, Lda.
para
EDIÇÕES 70
Maio de 2017

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa
por Edições 70

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, 11 - 3.º C - 1900-221 Lisboa / Portugal
e-mail: geral@edicoes70.pt

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível
de procedimento judicial.

SALAZAR, O ESTADO NOVO E OS MEDIA

José Luís Garcia
Tânia Alves
Yves Léonard
(coord.)

70

ÍNDICE

Salazar, o Estado Novo e os <i>media</i>: introdução a uma nova agenda de investigação JOSÉ LUÍS GARCIA, TÂNIA ALVES, YVES LÉONARD	9
Capítulo 1. A Informação da Arcada e o processo de indução noticiosa preconizado por António Ferro VASCO RIBEIRO	25
Capítulo 2. A política radiofónica do Estado Novo (1933–1945) NELSON RIBEIRO	49
Capítulo 3. A censura no Estado Novo: o caso da imprensa de província (1936–1945) JOAQUIM CARDOSO GOMES.....	69
Capítulo 4. Salazar contra o «Terror Vermelho»: a imprensa portuguesa e o corte das relações diplomáticas com Espanha em 1936 ALBERTO PENA-RODRÍGUEZ	101
Capítulo 5. O cerco da guerra: propaganda, diplomacia e política de informação do Estado Novo (1940–1942) JÚLIA LEITÃO DE BARROS.....	127
Capítulo 6. O «Espetáculo do Sigilo»: as imagens, a PIDE e o Tarrafal JACINTO GODINHO.....	149

Capítulo 7. Salazar, visto de fora: «Viver habitualmente?» Salazar e os <i>media</i> franceses YVES LÉONARD	173
Capítulo 8. A construção da imagem do «Chefe» no <i>Notícias Ilustrado</i> FILOMENA SERRA e EDUARDO CINTRA TORRES	201
Capítulo 9. Salazar em <i>A Batalha</i> e em <i>O Avante</i> (1933–1968) JOSÉ NUNO MATOS.....	235
Capítulo 10. <i>O Intransigente</i> : a imprensa de Angola e a durabilidade do Estado Novo ISADORA DE ATAÍDE FONSECA.....	263
Capítulo 11. «Para Angola, rapidamente e em força»: a mobilização para a guerra na imprensa portuguesa e o seu debate internacional TÂNIA ALVES e JOSÉ LUÍS GARCIA	283
Capítulo 12. Salazar, o regime e a televisão: para uma arqueologia da «invisibilidade» televisiva do ditador FRANCISCO RUI CÁDIMA	327
Capítulo 13. A ditadura censura o ditador: a entrevista silenciada de Salazar ao <i>L'Aurore</i> no verão de 1969 JOÃO FIGUEIRA.....	347
Capítulo 14. A «queda» de Salazar: a doença e morte do ditador na imprensa portuguesa HELENA LIMA.....	363
Capítulo 15. Breves considerações sobre o Estado Novo de Salazar e os <i>media</i> JOSÉ TENGARRINHA.....	381

Capítulo 9

Salazar em *A Batalha* e em *O Avante* (1933–1968)

JOSÉ NUNO MATOS
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Ao longo dos últimos anos, a figura de António de Oliveira Salazar tem suscitado uma diversidade de análises e abordagens, da historiografia em torno de um regime que se construiu com a sua imagem à novela televisiva da sua vida privada. Embora não seja propriamente fácil identificar um ponto comum entre elas, além do objeto em questão, são raros os estudos que se concentram no modo como Salazar foi descrito por quem a ele se opunha. O presente ensaio insere-se neste último âmbito, não visando, no entanto, reproduzir uma narrativa histórica personalizada, baseada no retrato descritivo de grandes figuras. (1) O seu objetivo é compreender a forma como os jornais *A Batalha* e *O Avante*, publicações ligadas a ideais de defesa das classes trabalhadoras, representam o ditador

(1) Para uma crítica a esta historiografia ver DOMINGOS, Nuno e PEREIRA, Vítor, «Introdução», in DOMINGOS, Nuno e PEREIRA, Vítor, (Ed.), *O Estado Novo em Questão*, Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 7–20.

ao longo do período compreendido entre 1933, ano em que o Estado Novo adquire constitucionalidade, e 1968, o último ano de governo de Oliveira Salazar.

Concentrando-se na figuração de Salazar realizada quer por *A Batalha*, quer por *O Avante*, o corpus de análise não se limita a reflexões de fundo sobre o papel exercido pelo ditador, considerando-se todas as formas de alusão à sua figura, inclusive as menos formais, como as ilustrações. Pretende-se, assim, identificar a mundividência presente neste «senso comum»⁽²⁾, para utilizar termos de Gramsci, procurando reconhecer no seu seio alguns dos mais importantes objetivos políticos, estratégias e diferenças internas, assim como as próprias transformações das organizações responsáveis.

«Apertar-se-lhe na garganta»: Salazar segundo *A Batalha*

Nos meses antecedentes ao 28 de Maio de 1926, o jornal *A Batalha* alertava para os perigos da *revolução fascista*, suspeitando da infiltração dos «homens da Cruzada», bem como de alguns «monárquicos confessos»⁽³⁾ nas forças armadas⁽⁴⁾. O facto de se estar perante um fenómeno «acentuadamente militarista, de caserna»⁽⁵⁾, ao contrário do que se havia verificado em Itália, antevia a possibilidade

(2) GRAMSCI, Antonio, «Philosophy, common sense, language and folklore», in FORGACS, David (Ed.), *The Antonio Gramsci Reader*, Londres, Lawrence and Wishart, 1999, p. 325.

(3) «A revolução fascista: eis o perigo a enfrentar imediatamente», *A Batalha*, ano VII, n.º 2212, 18 de fevereiro de 1926, p. 1.

(4) A insatisfação da corporação militar encontra-se relacionada, segundo Hermínio Martins, com a redução do rendimento real do corpo dos oficiais durante a República, facto que ilustra a relação problemática que o regime desenvolveu com as Forças Armadas, igualmente manifesto na tentativa de utilização política dos seus quadros intermédios (os sargentos) e na formação de um aparelho de segurança público que constituísse um contraponto ao poder bélico do exército. MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 1998, pp. 93 e 94.

(5) Comissão de Agitação Antifascista da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, «Contra o fascismo», *A Batalha*, ano VIII, n.º 2233, 14 de março de 1926, p. 1.

de resistência. Embora tenha inicialmente adotado uma posição de neutralidade face à intentona militar do mês de maio, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) viria a declarar a sua oposição ao golpe poucas semanas depois. A confederação sindical chegou mesmo a apelar à greve geral revolucionária por via do seu diário. Porém, a respetiva edição de *A Batalha* viria a ser apreendida pelas autoridades.⁽⁶⁾

Órgão da Confederação Geral do Trabalho, de influência anarquista, *A Batalha* constituiu um dos mais importantes diários⁽⁷⁾ do período da República. A sua equipa redatorial⁽⁸⁾, inicialmente encabeçada por Alexandre Vieira, era composta por um conjunto de jornalistas assalariados, contando com uma vasta rede de distribuição e financiamento militante⁽⁹⁾. O contexto da sua criação é de efervescência política, marcada pelo sucesso de várias greves e pela ampliação e reforço do aparelho sindical.⁽¹⁰⁾ Embora seja difícil apontar o exato valor da sua tiragem, esta situar-se-ia entre os 20 000 e os 25 000 exemplares, posicionando *A Batalha* entre diários como *O Século* ou o *Diário de Notícias*.⁽¹¹⁾ No entanto, o jornal viria a perder leitores a partir de meados da década de 1920, acompanhando a própria dinâmica do movimento sindical, sujeito a perseguições (o

(6) GUIMARÃES, Paulo, «Cercados e perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926–1938)», *Coletivo Libertário de Évora*. Acedido a 29 de março de 2013, em: colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2013/01/cgt_anos30_pguimaraes.pdf.

(7) O diário terá sido criado meses antes da criação da confederação sindical, ainda no âmbito da União Operária Nacional.

(8) A par da redação, existia uma comissão administrativa do jornal e um quadro tipográfico, com o qual se partilhavam pontos de vista. BAPTISTA, Jacinto, *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora... Para a História do Diário Sindicalista A Batalha (1919–1927)*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, pp. 32 e 125.

(9) FREIRE, João, *Anarquistas e Operários*, Porto, Afrontamento, 1992, p. 340.

(10) PEREIRA, Joana D., «A ofensiva operária», in ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria F., (Coord.), *História da Primeira República*, Lisboa, Tinta da China, 2009, p. 426.

(11) BAPTISTA, Jacinto, *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora... Para a História do Diário Sindicalista A Batalha (1919–1927)*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, p. 99.

jornal seria encerrado pelas autoridades por diversas vezes) e cisões, nomeadamente a protagonizada pela Federação Maximalista, partidária da revolução bolchevique de 1917. Os militantes desta tendência viriam, em 1921, a criar o Partido Comunista Português (PCP), então dirigido pelo ex-militante da Confederação Geral do Trabalho Carlos Rates. Não obstante a rutura com a confederação sindical, as suas teses far-se-iam sentir durante alguns anos, evidenciando-se na desconfiança em relação a uma tática parlamentar. ⁽¹²⁾ Apenas em 1929, após o golpe de 28 de Maio, é que o PCP viria a completar o chamado «processo de bolchevização», ainda que mais a nível orgânico do que propriamente doutrinal. ⁽¹³⁾

De acordo com as leituras disponíveis, as limitações do sindicalismo, originadas pela existência de um proletariado semirrural nas regiões do norte, de um operariado agrícola disperso a sul e de um operariado industrial muito circunscrito às regiões de Lisboa e do Barreiro, aliadas ao aumento do desemprego, por um lado, e ao «obreirismo» algo obstinado da Confederação Geral do Trabalho ⁽¹⁴⁾, por outro, tê-lo-ão impedido de adquirir a força necessária à sua ampliação social, em particular aos sectores identificados como pequeno-burgueses (o funcionalismo público, por exemplo). A dificuldade do movimento operário em assegurar a articulação entre os vários níveis de desprivilegio, algo que poderia ser assegurado por um discurso que, nas palavras de Laclau, conseguisse ligar «o radical jacobinismo das classes médias a um discurso socialista» ⁽¹⁵⁾ — um argumento, aliás, desenvolvido por Antonio Gramsci ⁽¹⁶⁾ — acabou por ser aproveitada por forças adversárias.

⁽¹²⁾ MADEIRA, João, *História do PCP*, Lisboa, Tinta da China, 2013, p. 30.

⁽¹³⁾ *Idem*, pp. 31 e 32.

⁽¹⁴⁾ MEDEIROS, Fernando, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

⁽¹⁵⁾ LACLAU, Ernesto, *Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism*, Londres, Verso, 2011, p. 128.

⁽¹⁶⁾ GRAMSCI, Antonio, «Fascist reaction and communist strategy», in FORGACS, David (Ed.), *The Antonio Gramsci Reader*, Londres, Lawrence and Wishart, 1999, pp. 135–185.

Perante a acentuação da crise e da instabilidade social, as pequena e média burguesias ter-se-ão acabado por aproximar do eixo constituído por organizações como a Cruzada Nun'Álvares, a Confederação Patronal ou a União dos Interesses Económicos, ao serviço de um projeto político antidemocrático. ⁽¹⁷⁾ Ao contrário do que se verificou em Itália ou na Alemanha, o Estado Novo não nasce da ação de uma mobilização disruptiva, traço definidor do fenómeno populista. Contudo, toda a obra posteriormente desenvolvida corresponde à criação do que Laclau designa por «relação de equivalência», em termos de, pelo menos, um interesse, ideia, ou objetivo em comum ⁽¹⁸⁾, no seio da qual todo e qualquer elemento é elevado a significante do novo regime, sem que nenhum pudesse escapar e com castigos exemplares para os que o ousassem fazer. A figura de Salazar constitui um importante segmento deste novo eixo, impondo-se como um dos seus mais eminentes significantes e constituindo a base de uma das suas designações — «salazarismo».

Embora a representação nunca pressuponha a pura passividade do representado, é nos regimes autoritários que a primazia do dirigente sobre o dirigido atinge o seu ponto máximo. Esta relação traduz-se na constituição de uma totalidade que, contudo, não se pode tornar absolutamente autónoma em relação aos governados. ⁽¹⁹⁾ E, de facto, a centralidade da figura de Salazar neste processo tornou-se visível no modo como o seu percurso político e profissional — do militantismo católico às competências financeiras — e a sua aparência austera e sacrificial passam a ser elevados a exemplos a cumprir, dado ele próprio exemplificar essa presumida essência nacional que havia sido deturpada no período político anteriormente vigente.

⁽¹⁷⁾ MEDEIROS, Fernando, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978; LUCENA, Manuel de, *A Evolução do Sistema Corporativo Português I — O Salazarismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976; CABRAL, Manuel V., «Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes», *Análise Social*, vol. XII (48), 1976, pp. 873–915.

⁽¹⁸⁾ LACLAU, Ernesto, *On Populist Reason*, Londres, Verso, 2007, p. 117.

⁽¹⁹⁾ *Idem*, p. 162.

Essa suposta identidade entre Salazar e o país encontra-se bem representada no desenho do rosto de Salazar como cartografia de Portugal (ver Fig. n.º 31). Recorrendo às palavras de José Rebelo, trata-se de um «enlace matrimonial em que cada um [a face de Salazar e o mapa do país] incorpora o outro. E, ao incorporar o outro, toma a forma desse outro». ⁽²⁰⁾ A ilustração sugere igualmente a omnipresença do ditador sobre a totalidade do espaço, não obstante o seu parco interesse em protagonizar espetáculos de massas.

O culto em torno da sua pessoa procura, em primeiro lugar, a identificação com os demais. Porém, num segundo momento, a sua permanência entre o povo não conduz à sua diluição «por entre os que dizia serem seus iguais; tão-só desejava poder pairar como o mais virtuoso naquela posição» ⁽²¹⁾. A disseminação desta virtude seria assegurada por uma série de órgãos e dispositivos destinados a tornar o seu *corpus* ideológico num «enunciado programático: deveria obstinadamente procurar a realidade, saindo de si e impregnando as práticas» ⁽²²⁾. O Estado Novo procurava a edificação de um «homem novo», à imagem do seu líder. A ação dos movimentos de oposição passará, como procuraremos analisar, por retirar a «Nação», o «povo» e outros significantes do eixo de equivalência produzido pelo regime, desligando-os da figura de Salazar, e, conseqüentemente, pela atribuição de novos significados por via da sua inserção numa relação de equivalência antagónica.

Após ter vários dos seus números visados pela censura da Ditadura Militar, *A Batalha* é encerrada em 1927, sendo as suas instalações invadidas e destruídas. Malgrado os esforços no sentido de se garantir autorização para a sua publicação, o jornal será

⁽²⁰⁾ REBELO, José, *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras, p. 93.

⁽²¹⁾ Ó, Jorge R. do, *Os Anos de Ferro: o Dispositivo Cultural Durante a «Política do Espírito» (1933–1949)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, p. 26.

⁽²²⁾ *Idem*, p. 50.

publicado de forma ilegal entre 1934 e 1949. ⁽²³⁾ Já na clandestinidade, após o fracasso da tentativa de greve geral e derrube do regime a 18 de janeiro de 1934, a publicação dedicará espaço à denúncia da repressão, em particular da situação dos presos políticos. Salazar é então retratado como o autor moral das violências perpetradas, «os chamados “safanões [...] do Salazar”, que são os espancamentos, as algemas, o cavalo-marinho, os choques elétricos, o espicaçar e golpear dos corpos» ⁽²⁴⁾.

Os termos «salazaresco» ou «salazarista» são utilizados como adjetivos quer do regime, quer dos seus diversos responsáveis. Num artigo dedicado à análise das origens do 1.º de maio, o jornal refere a «cambada salazarista» ⁽²⁵⁾ e a sua tentativa de usurpação da data e imposição de um cunho contrário aos desígnios originais. Noutro texto, um apelo ao regresso dos militantes da Confederação Geral do Trabalho à atividade revolucionária redigido por sindicalistas revolucionários presos nas cadeias de Lisboa e de Peniche, surge a expressão «esbirros de Salazar» ⁽²⁶⁾, igualmente utilizada por outras correntes políticas na denúncia de torturadores e outros agentes do regime. Embora bastante diversos, os termos utilizados na designação de Salazar tendem a visar o seu perfil, salientando tanto o seu percurso profissional e político, como a sua filiação religiosa. Nas diversas considerações publicadas pelo jornal em torno da situação do país, podemos identificar o recurso a metáforas como «o guarda-livros de Santa Comba» ⁽²⁷⁾, «o pupilo querido da Companhia

⁽²³⁾ BAPTISTA, Jacinto, *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora... Para a História do Diário Sindicalista A Batalha (1919–1927)*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, p. 157.

⁽²⁴⁾ «Manuel Vieira Tomé, antigo militante ferroviário, foi barbaramente assassinado pelos verdugos desta ditadura homicida!», *A Batalha*, ano xv, série III, n.º 2, maio de 1934, p. 1.

⁽²⁵⁾ «O 1.º de maio», *A Batalha*, ano xvi, série IV, n.º 2, abril de 1935, p. 1.

⁽²⁶⁾ «Saudação», *A Batalha*, ano xvi, série IV, n.º 3, junho de 1935, p. 4.

⁽²⁷⁾ «Até quando, ó Catilinas?», *A Batalha*, ano xvii, série IV, n.º 4, janeiro de 1936, p. 1.

de Jesus»⁽²⁸⁾, «frade à paisana»⁽²⁹⁾, «seráfico e ridículo ditador Salazar»⁽³⁰⁾ ou ainda «ditador temente a deus [...] e fiel aos Evangelhos»⁽³¹⁾. A par da atribuição de uma gestão financeira tradicional e conservadora, e do devido reconhecimento moral providenciado pelas mais altas esferas eclesiásticas, estas expressões reconhecem, de forma implícita, a relevância do ditador na criação e consolidação da nova ordem política.

À medida que se multiplicam as prisões e os relatos de tortura, as descrições de Salazar adquirem um tom crescentemente emotivo, constituindo autênticos ataques diretos à sua figura. Veja-se o seguinte excerto:

Olha a gente para a cara deste homem e não pode furtar-se a uma sensação de gelo. Os antigos, para quem a alma se refletia na face, diriam que esta só exprime as negras premeditações do mal que uma vontade obstinada efetiva sem um momento de trégua. Também nós, que nos propomos pintar-lhe o retrato, nos seus traços salientes, apenas vislumbramos nele a reserva, o cinismo, a crueldade, todos os estigmas de um ser profundamente amoral. São a boca e os olhos deste estranho exemplar da nossa espécie que melhor definem a sua mórbida psicologia [...]. Esta boca tem destilado todo o veneno que está corroendo as almas e as consciências; dela têm saído as mais abomináveis mentiras, as mais pérfidas insinuações e, ao mesmo tempo, as secretas ordens da violência e da arbitrariedade com que se tem saciado o seu espírito de funesto inquisidor [...]. Este homem que quer transformar o país numa vasta necrópole, num imenso curral, tornando em cadáveres ou em suínos seus milhões de almas, há de cair miserandamente, como caem todos os déspotas, e ele, que tem amordaçado a consciência de todos

⁽²⁸⁾ *Idem*, p. 2.

⁽²⁹⁾ «O nosso programa de ação e as nossas reivindicações», *A Batalha*, ano XVII, série IV, n.º 4, janeiro de 1936, p. 2.

⁽³⁰⁾ *Ibidem*.

⁽³¹⁾ «Na ilha dos “Safanões”», *A Batalha*, ano XVII, série IV, n.º 4, janeiro de 1936, p. 8.

nós, há de sentir ainda apertar-se-lhe na garganta, irremissivelmente, a forte, a impiedosa, mão da Justiça que lhe há de ser feita.⁽³²⁾

Ainda que sem sucesso, as preces por justiça e compensação viriam a ser devidamente consideradas. Perpetrado a 4 de julho de 1937, em plena Guerra Civil Espanhola, o atentado bombista a Salazar, no qual participaram elementos da Confederação Geral do Trabalho, vinha responder aos dez anos de «decadência dum povo envilecido na miséria e despersonalizado pela megalomania dum mítico selvagem», lê-se no artigo intitulado «Os ditadores não são imortais»⁽³³⁾. Salazar, segundo *A Batalha*, correspondia ao «símbolo fatídico da nossa tragédia inenarrável, o som sinistro que recorda o martírio dos presos, dos deportados, o sofrimento das suas famílias e a fome negra que impera nos lares proletários», a figura em torno da qual se concentrava «todo o ódio popular».⁽³⁴⁾ Todavia,

A frágil vida humana quebra-se por nada, e um ditador não pode ter a estulta pretensão de ser eterno. Salazar atribui à «Providência» a sua salvação e todo o beatário apela para a farandolagem celestial que velem por ele, mas isso não obstou que a dinamite, eloquentemente, exprimisse a ânsia de liberdade do povo sofredor.⁽³⁵⁾

O atentado contribuirá para um aumento de repressão sobre o pouco que restava da Confederação Geral do Trabalho. O próprio ato em si, segundo o historiador Paulo Guimarães, inscreveu-se numa lógica de ação baseada em pequenos grupos de afinidades mais pessoais do que propriamente políticos.⁽³⁶⁾ Sem a retaguarda de apoio

⁽³²⁾ «O retrato de Salazar», *A Batalha*, ano XIX, série IV, n.º 7, abril de 1937, p. 2.

⁽³³⁾ *A Batalha*, ano XIX, série IV, n.º 10, julho de 1937, p. 1.

⁽³⁴⁾ *Ibidem*.

⁽³⁵⁾ *Ibidem*.

⁽³⁶⁾ GUIMARÃES, Paulo, «Cercados e perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal

externo auferida pelo PCP, divididos política e ideologicamente⁽³⁷⁾, e com uma tradição de horizontalidade que, perante as árduas condições impostas pela clandestinidade, se demonstrava pouco eficiente⁽³⁸⁾, o movimento anarquista acabaria por perecer. Após sete anos de paragem, *A Batalha* publicou ainda alguns números em meados da década de 1940, mas sempre de forma muito irregular. O seu conteúdo evidencia o afastamento do mundo do trabalho, dessa «seiva que lhe provinha da liberdade», nas palavras de Jacinto Baptista, dependendo o jornal da «nostalgia inoperante dos sobreviventes». ⁽³⁹⁾ Em finais de 1949, *A Batalha* editou o seu último número. ⁽⁴⁰⁾

O *Avante* e a nação contra Salazar

A tentativa de assassinato de Oliveira Salazar foi alvo de duras críticas por parte de *O Avante*. ⁽⁴¹⁾ O jornal chegou mesmo a definir

(1926–1938)», *Coletivo Libertário de Évora*, p. 23. Acedido a 29 de março de 2013, em: [Colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2013/01/cgt_anos30_pgumaraes.pdf](http://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2013/01/cgt_anos30_pgumaraes.pdf).

⁽³⁷⁾ As causas da divisão, como refere o militante anarquista Edgar Rodrigues, prendem-se com a revolução espanhola e a participação de elementos da Confederação Nacional do Trabalho, organização sindical anarquista, em governos republicanos. Segundo Edgar Rodrigues, «na falta de liberdade de tratar o desvio ideológico amplamente, analisá-lo, debatê-lo livre e refletidamente, saindo com uma posição uniforme, tanto quanto possível, passou a carregar, a nível de companheiros, desgostos e deceções, alimentou divergências inúteis, desgastes dentro de um organismo bastante debilitado pela ditadura». RODRIGUES, Edgar, *A Oposição Libertária em Portugal — 1939/1974*, Lisboa, Sementeira, 1982, p. 23.

⁽³⁸⁾ HENRIQUES, Júlio, «Sobre o anarquismo em Portugal», *Le Monde Diplomatique — edição portuguesa*. Acedido a 10 de março de 2013, em: pt.mondediplo.com/spip.php?article453.

⁽³⁹⁾ BAPTISTA, Jacinto, *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora... Para a História do Diário Sindicalista A Batalha (1919–1927)*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, p. 160.

⁽⁴⁰⁾ *A Batalha* viria a ressurgir após o 25 de Abril de 1974. Apesar de se encontrar circunscrito a um público bastante menor, o jornal continua ainda hoje a ser publicado.

⁽⁴¹⁾ O crescimento numérico do PCP conduzirá à publicação de dois jornais, *O Jovem* (da Federação das Juventudes Comunistas) e *O Avante*, então dirigido por

a iniciativa como uma «monstruosa farsa levada a cabo pelo próprio fascismo». Num contexto em que o regime sofria divisões internas, tornava-se necessário «reagrupar essas forças em volta do “Chefe”» e «Nada melhor, para tal fim, do que um atentado de que Sua Exce-lência sairia “providencialmente ileso”». ⁽⁴²⁾ O balanço do ato conspirativo apontava assim para o reforço da posição do ditador:

Além de todas as vantagens, acrescia ainda a de que Salazar passaria à posteridade como protagonista dum sucesso milagreiro e ganharia dos contemporâneos a fama de pessoa de sangue frio inalterável. Demais, os telegramas que não deixariam de vir de todo o mundo demonstrariam que o Sr. Salazar era venerado por todos, desde o Padre Santo ao Todo Poderoso Hitler, o que colocaria o Ditador ante o burguês estarecido, no altar das mais altas divindades». ⁽⁴³⁾

A ação foi desencadeada pela Frente Popular Portuguesa, formação constituída pela Maçonaria, a Aliança Republicana, o Partido Socialista, o Bloco Académico Antifascista e uma série de grupos satélites do PCP (a Federação das Juventudes Comunistas, o Socorro Vermelho Internacional e a Comissão Intersindical). A Confederação Geral do Trabalho, por sua vez, terá optado pela não-integração, mantendo aberta a possibilidade de ações conjuntas, como a que se

Bento Gonçalves. À altura, o PCP editava a publicação *O Proletário*. NUNES, João A., «Sobre alguns aspetos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931–33)», *Análise Social*, vol. XVII (67–68), 1981, 3.º e 4.º, p. 716. As vicissitudes inerentes à clandestinidade tornaram a atividade editorial precária e irregular, situação que apenas se atenuaria a partir da década de 1940, mercê da instituição de uma rede de tipografias ilegais. Segundo o PCP, a tiragem de *O Avante* terá atingido os 10 000 exemplares em períodos específicos, como o do surto grevista de inícios da década de 1940. Partido Comunista Português, «Nota Introdutória», «*Avante!*» *Clandestino — fevereiro/1931–abril/1974*. Acedido a 10 de março de 2013, em: <http://www.pcp.pt/avante-clandestino>.

⁽⁴²⁾ «Alerta contra as manobras do fascismo», *O Avante*, II Série, n.º 41, 1.ª semana de julho de 1937, p. 4.

⁽⁴³⁾ *Ibidem*.

verificou. Alguns militantes comunistas chegaram, inclusivamente, a fazer parte do grupo operacional responsável pelo atentado. ⁽⁴⁴⁾

As críticas apontadas pelo PCP, as quais se dirigiam igualmente para o seu próprio seio, em particular para os resquícios do anarquismo e do radicalismo republicano, refletiam a sua posição relativa ao derrube do regime. Desde 1935, ano do VII Congresso da Internacional Comunista e do relatório de Dimitrov, que o PCP defendia uma política frentista, de unidade alargada, a qual obrigava a uma postura de «cavalo de Tróia» nos organismos fascistas (das casas do povo aos sindicatos nacionais) e de crítica a uma estratégia baseada em grandes momentos de rutura, fosse por via do *putsch* militar, fosse por via do aventureirismo bombista. ⁽⁴⁵⁾ O problema deste tipo de táticas era, entre outros aspetos, o de confundirem os regimes com os seus líderes, quando estes são apenas uma componente, ainda que importante, dos primeiros. Estes fazem-se determinar

em primeiro lugar, pelas condições económicas existentes na sociedade e por uma série de outras causas. Um indivíduo — um Mussolini, um Hitler, etc. — pode exercer uma ação importante sobre a situação política e social do seu tempo, mas a sua ação não é única nem decisiva. Mussolini tem exercido uma ação pessoal importante sobre o fascismo, mas o fascismo não é uma invenção de Mussolini, nem está obrigatoriamente ligado à vida de Mussolini. [...] O fascismo existe, por

⁽⁴⁴⁾ MADEIRA, João, 1937, *O Atentado a Salazar: a Frente Popular em Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013.

⁽⁴⁵⁾ É de referir a importância do dirigente comunista Bento Gonçalves nesse processo. Embora 1935 constitua um ano decisivo, o historiador João Arsénio Nunes considera que o reconhecimento das limitações da estratégia «classe contra classe» decorre, entre os comunistas portugueses, da própria composição social do país, onde o proletariado industrial corresponde a uma minoria. Nas lutas desenvolvidas pelo PCP «verificava-se uma imbricação permanente entre as lutas operárias e as movimentações de diversos sectores pequeno-burgueses». NUNES, João A., «Sobre alguns aspetos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931–33)», *Análise Social*, vol. XVII (67–68), 1981, 3.º e 4.º, p. 721.

consequente, independentemente da vontade dos Hitlers, Mussolinis e Salazares. ⁽⁴⁶⁾

A estratégia a adotar, segundo o PCP, deveria visar a base de sustentação de qualquer regime: as suas pessoas. O contacto mais estrito com as últimas depreendia, como já se podia ler na Resolução do Secretariado do PCP (1935), «aprendermos a própria linguagem de que a massa se serve para patentear a sua indignação contra o fascismo, contra a guerra e contra a ofensiva ao capital» ⁽⁴⁷⁾. A partilha desta linguagem assume-se essencial face à existência de uma vasta camada indecisa, à qual «o salazarismo dedica, ou os seus cantos de sereia, ou os seus gritos furiosos de besta mal ferida» ⁽⁴⁸⁾. O combate a tais «cantos» apenas poderia ser realizado se, conforme as orientações de Dimitrov, não existissem quaisquer preconceitos na ocupação do terreno ideológico do fascismo, ou seja, na resignificação dos termos usados. A história de cada povo, a título de exemplo, era objeto de uma apropriação, apresentando-se os fascistas «como herdeiros e continuadores de tudo quanto tem havido de sublime e heroico no passado». Os que ignoravam tal operação «abandonam voluntariamente às falsificações fascistas tudo quanto há de preciso no passado histórico da Nação». ⁽⁴⁹⁾

Ao invés da procura por «uma alternativa ao nacionalismo», a organização ter-se-á entregado, segundo José Neves, «à construção de um nacionalismo alternativo» ⁽⁵⁰⁾, acompanhando o desenvolvimento

⁽⁴⁶⁾ «O terrorismo, arma da contrarrevolução e do fascismo», *O Avante*, II Série, n.º 73, 1.ª semana de março de 1938, p. 3.

⁽⁴⁷⁾ Secretariado do Partido Comunista Português, «Sobre a preparação do VII Congresso da Internacional Comunista», *O Avante*, II Série, n.º 5, março de 1935, pp. 2 e 5.

⁽⁴⁸⁾ «O “Papão Comunista” ou Divide et Impera», *O Avante*, II Série, n.º 14, dezembro de 1935, p. 8.

⁽⁴⁹⁾ «Pela unidade de ação contra o fascismo e a guerra: histórico discurso de Dimitrov no VII Congresso da Internacional Comunista», *O Avante*, II Série, n.º 14, dezembro de 1935, pp. 3–6.

⁽⁵⁰⁾ NEVES, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal*, Lisboa, Tinta da China, 2008, p. 134.

do movimento comunista internacional no sentido da prevalência do «modo nacional» sobre o «modo proletário» (51). Neste âmbito, Salazar surge denunciado, precisamente, como o «traidor» da nação, «o Miguel de Vasconcelos (52) de hoje. Salazar é o traidor N.º 1 do povo português e seu mais odiado inimigo» (53). A luta pelo comunismo tornar-se-á então indistinta da defesa da nação (54) contra os seus vendilhões:

É o fascismo, é Salazar & C.ª que, para prolongarem a sua abominável dominação sobre o nosso país, entregam Portugal à Alemanha e à Itália. [...]. Nós, pelo contrário, revoltamo-nos contra uma tal depreciação da nossa terra. Nós amamos Portugal, amamos a nossa terra tão bela que possui maravilhas naturais como Sintra, o Algarve das amendoeiras, o Milho verdejante e florido. [...]. Nós orgulhamo-nos de pertencer ao povo que fez os Descobrimentos, que teve um Infante D. Henrique, um Pedro Nunes, um Gil Vicente, um Camões, um Herculano e, na atualidade, um Gago Coutinho que fez a primeira viagem gloriosa do Atlântico Sul. Nós somos parte integrante desse povo que durante mais de nove séculos lutou por conservar Portugal como Nação livre e deu todo o seu esforço para o desenvolvimento. [...] Os grandes capitalistas, os grandes proprietários, o alto clero — que hoje dominam no nosso país — são os descendentes da nobreza que apoiou a invasão de Portugal pelo rei de Castela, são os filhos dos nobres que entregaram Portugal aos Filipes, em 1580, são os

(51) Este «reconhece no proletariado a atualidade de um poder classista resultante da sua não nacionalidade». NEVES, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal*, Lisboa, Tinta da China, 2008, p. 393.

(52) Secretário de Estado em nome do Rei Filipe III, Miguel Vasconcelos terá sido assassinado a 1 de dezembro de 1640, aquando da proclamação da independência de Portugal face a Espanha.

(53) «É preciso opor uma barreira imediata à política agressiva e de traição nacional do fascismo português!», *O Avante*, II Série, n.º 52, 4.ª semana de setembro de 1937, p. 1.

(54) NEVES, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal*, Lisboa, Tinta da China, 2008, p. 134.

descendentes do Rei que abandonou a Nação ao invasor francês quando as tropas de Junot pisaram o nosso solo. (55)

Por esta altura, *O Avante* aumenta a tiragem de 8500 para 10 000 exemplares, passando de mensal para semanal, num esforço de «fixar temas e questões que se vão tornar elementos de identidade do discurso do PCP até aos dias de hoje» (56). Ao longo da II Guerra Mundial, o retrato de Salazar apresentado pelo jornal insistirá no argumento nacional, recorrendo a expressões como «alcoz-mor do povo português», «verdugo», «pérfido» (57) ou «quinta-columnista» (58), dada a colaboração com as forças do Eixo. A esse nível, a posição do PCP seguia a da restante oposição, favorável aos Aliados (Estados Unidos da América, Reino Unido, União Soviética). A falsa neutralidade do Estado Novo, como mais tarde seria salientado por Álvaro Cunhal (Duarte), era inseparável do saque ao país, «para que enriqueça ainda mais um punhado de traidores e para que não faltasse auxílio a Berlim» (59).

No Informe dirigido ao I Congresso (Ilegal) do PCP (1943), culminar do chamado processo de reorganização do partido (60), Cunhal

(55) «Os comunistas e a Nação I», *O Avante*, II Série, n.º 59, 3.ª semana de novembro de 1937, p. 2. O artigo será da autoria de Francisco Paula de Oliveira (Pavel), então responsável pela direção partidária. NEVES, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal*, Lisboa, Tinta da China, 2008, p. 130.

(56) PEREIRA, José P., *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política: «Daniel»*, o *Jovem Revolucionário (1913–1941)*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 292. Mais tarde, nos anos de 1945 e 1946, o jornal publicaria entre 15 000 a 18 000 exemplares. PEREIRA, José P., *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política: «Duarte»*, o *Dirigente Clandestino (1941–1949)*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 638.

(57) «O patronato que pague!», *O Avante*, Série VI, n.º 16, 1.ª quinzena de setembro de 1942, pp. 1 e 2.

(58) «A inflação ruinosa do financeiro-burlão», *O Avante*, Série VI, n.º 26, 1.ª quinzena de fevereiro de 1943, p. 3.

(59) CUNHAL, Álvaro (D.), «Unidade da Nação portuguesa pelo pão, pela liberdade e pela independência», in MELO, Francisco (Ed.), *Álvaro Cunhal, Obras Escolhidas I (1935–1947)*, Lisboa, Edições Avante, 2007, p. 147.

(60) Sob iniciativa de militantes «tarrafalistas», o processo viria a ser desencadeado com vista a depurar o partido de eventuais infiltrações. Porém, o contexto em que ocorre, marcado pelas greves de inícios da década de 1940, viria

apresentou os principais objetivos políticos de uma política de unidade antifascista. Num contexto marcado por um surto grevista de proporções inesperadas (1942–1943) e pelo prenúncio da queda dos fascismos na Europa, o primeiro ponto do programa defendia o «Derubamento do Governo de Salazar e instauração dum Governo Democrático de Unidade Nacional» (61). A concretização de tal programa exigia uma «política de união, leal e sincera, a “mão estendida” a todas as forças progressistas e patrióticas» (62), onde se incluíam católicos e até legionários, desde que «patriotas e portugueses honrados» (63). Reconhecendo que tal postura poderia levantar alguma desconfiança, Cunhal justificou esta mão estendida com base na condição de muitos membros da Legião Portuguesa, «trabalhadores que foram obrigados a entrar para a Legião a fim de serem admitidos nos seus empregos» (64). O dirigente comunista salientaria igualmente a inexistência de unanimidade no seio da organização, por exemplo, relativa à política de apoio diplomático à Alemanha. O dever do PCP era, portanto, «aprofundar essas dissensões» (65). Por sua vez, essa mão permaneceria cerrada aos que, «pela sua atividade criminosa e de traição, mostraram ser inimigos irredutíveis de tudo quanto é democrático e progressivo, mostraram ser inimigos do povo e da Nação portuguesa» (66), como os dirigentes nacionais-sindicalistas ou da Legião Portuguesa.

a ampliar o seu objetivo, dotando o partido de uma linha política mais definida, de uma estratégia mais precisa e do aparelho organizativo adequado.

(61) CUNHAL, Álvaro (D.), «Unidade da Nação portuguesa pelo pão, pela liberdade e pela independência», in MELO, Francisco (Ed.), *Álvaro Cunhal, Obras Escolhidas I (1935–1947)*, Lisboa, Edições Avante, 2007, p. 149. Este governo deveria ser igualmente responsável, entre outros pontos, pela realização de eleições livres, extinção de organizações fascistas, fim da censura, abolição do corporativismo, promoção da aliança com os povos coloniais e estabelecimento de salários justos e melhores condições de vida.

(62) *Idem*, p. 212.

(63) *Ibidem*.

(64) *Idem*, p. 209.

(65) *Idem*, p. 211.

(66) *Idem*, p. 212.

O artigo dedicado à memória de Paiva Couceiro (67) é demonstrativo do combate a esse alegado sectarismo: reiteradas as devidas diferenças, a homenagem prestada pelo *O Avante* assume-se «simples e sincera: é a Paiva Couceiro, patriota, é a Paiva Couceiro antifascista» (68). O leque dos «portugueses honrados» poderia igualmente alargar-se a alguns elementos do patronato, visto que «os operários compreendem que o seu maior inimigo não é o patrão, mas o fascismo salazarista. Compreendem que, ao mesmo tempo que há que lutar contra o patronato fascista, há que atrair à luta contra o fascismo os patrões democratas, antifascistas e patriotas» (69). Criado nesse mesmo ano, o Movimento de Unidade Nacional Antifascista viria a encetar uma estratégia frentista, cujo sucesso seria visível nas diversas coligações ensaiadas e participadas pelo partido ao longo das décadas seguintes. (70)

A permanência de Salazar na presidência do Conselho após a vitória dos Aliados, em 1945, hipótese que já havia sido previamente levantada no I Congresso, não originou mudanças substanciais na

(67) O monárquico que resistiu à República veio a ser mais tarde condenado ao exílio por críticas dirigidas à política colonial do Estado Novo. Segundo *O Avante*, apesar «de todo o seu reacionarismo, o sentimento patriótico falou nele mais alto do que as suas opiniões políticas, e levou-o a denunciar a política de traição nacional de Salazar. Há mais dum ano escreveu Paiva Couceiro uma carta que os jornais depois publicaram denunciando que Salazar vendia as Colónias à Alemanha. [...] Mas Salazar, que não admite vozes discordantes do seu crime, mandou-o prender e a alguns dos seus amigos [...]. Por isso, apesar das divergências que nos separam de Paiva Couceiro, nós apoiamos a luta que ele move contra a venda de Portugal e Colónias a Hitler e Mussolini e exigimos a sua libertação». «A prisão de Paiva Couceiro», *O Avante*, II Série, n.º 60, 4.ª semana de novembro de 1937, p. 1.

(68) «Paiva Couceiro, inimigo do fascismo», *O Avante*, Série VI, n.º 49, 2.ª quinzena de fevereiro de 1944, p. 3.

(69) «Das lutas parciais ao levantamento nacional. Ao Ataque! Em todo o País!», *O Avante*, Série VI, n.º 63, 1.ª quinzena de outubro de 1944, pp. 1 e 2.

(70) Estas foram as seguintes, até 1968: Movimento de Unidade Democrática (1945), Movimento Nacional Democrático (1949), Junta de Libertação Nacional (1959), Frente Patriótica de Libertação Nacional (1962). MADEIRA, João, «Álvaro Cunhal e a tradição frentista. Singularidades, persistência e limites», in NEVES, José, (Ed.), *Álvaro Cunhal: Política, História e Estética*, Lisboa, Tinta da China, 2013, p. 62.

fotografia. As «concessões antinacionais feitas por Salazar», agora à Inglaterra (ao nível do comércio externo) e aos Estados Unidos (por via da instalação de bases militares nos Açores), «são um bom preço que a Nação portuguesa está pagando para que Salazar reclame um auxílio externo para se manter no poder». (71) As conclusões do II Congresso (Ilegal), realizado em 1946, reiteram as consequências internas desse alinhamento, agora com a «reação internacional» (72) contra a União Soviética. A reprodução da imagem de Portugal como país pobre traduz, de acordo com o informe produzido por Cunhal (Duarte) *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo*, a tentativa por parte do Salazarismo de legitimar a sua incapacidade na resolução dos problemas económicos nacionais, associada à proteção garantida aos grandes monopólios.

Da Frente Nacional antissalazarista ao salazarismo sem Salazar

A sobrevivência do regime ao final da II Guerra Mundial veio esfriar os entusiasmos com a derrota dos fascismos. A alteração das condições políticas e sociais, relacionadas com o fim da conjuntura de guerra, provocou a diminuição do descontentamento social. Este, por sua vez, era alvo de uma maior perseguição que, elegendo o PCP como alvo primordial, não deixava de apontar outras organizações, como o Movimento de Unidade Democrática, proibido em 1948. (73) A participação do PCP na candidatura de Norton de Matos à presidência da República demonstra, simultaneamente, o quão difícil era a união com outras forças democráticas. Poucos meses depois, Álvaro Cunhal foi preso juntamente com quase uma dezena de dirigentes e quadros comunistas. No período

(71) «O 2.º Congresso Ilegal», *O Avante*, Série VI, n.º 92, 1.ª quinzena de agosto de 1946, p. 1.

(72) «Instrumento da Reação Internacional, Salazar prepara novas manobras “democráticas”», *O Avante*, Série VI, n.º 90, 1.ª quinzena de julho de 1946, p. 1.

(73) MADEIRA, João, *História do PCP*, Lisboa, Tinta da China, 2013, p. 141.

compreendido entre 1946 e 1952, o PCP perderá quase metade dos seus militantes. (74)

A prisão e o isolamento de Cunhal, aliados a uma conjuntura internacional marcada pela coexistência pacífica entre sistemas, viriam a contribuir para o retorno da política de transição (75), anteriormente defendida por Júlio Fogaça e pela Organização Comunista da Prisão do Tarrafal (OCPT) (76). Na sua visão, a vaga repressiva de finais da década de 1940 havia reforçado o sectarismo no seio da organização, num contexto em que o salazarismo apresentava crescentes fraturas. As novas condições políticas proporcionavam assim «o caminho para uma ampla frente nacional antissalazarista» (77), conforme será advogado na VI Reunião Plenária Ampliada do Comité Central (1955).

Meses antes do V Congresso do PCP, realizado em 1957, o Comité Central (CC) publicou em *O Avante* um excerto de um documento relativo aos desafios impostos pela situação política. O artigo mencionava a evolução dos acontecimentos «favorável às forças democráticas» desde o estabelecimento da estratégia de levantamento nacional em 1946. A partir de então fica «mais nítido que no nosso País, dum lado, está a família portuguesa e, do outro, em oposição a ela, está Salazar e a sua camarilha». (78) Não obstante

(74) MADEIRA, João, *História do PCP*, Lisboa, Tinta da China, 2013, p. 188.

(75) ROSAS, Fernando, «Os três caminhos de Álvaro Cunhal. Notas breves sobre a História do PCP», in NEVES, José, (Ed.) *Álvaro Cunhal: Política, História e Estética*, Lisboa, Tinta da China, 2013, pp. 48 e 49.

(76) Cético em relação ao entusiasmo com as greves de inícios da década de 1940, o grupo do Tarrafal alertava contra os perigos de radicalização do partido e, em paralelo, defendia um diálogo mais próximo com outras forças da oposição, não colocando de parte a hipótese de um golpe *putschista*. Estas teses, manifestas via correio entre 1943 e 1945, viriam a ser rejeitadas no IV Congresso (1946). MADEIRA, João, *História do PCP*, Lisboa, Tinta da China, 2013, pp. 103–121. PEREIRA, José P., *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política: «Duarte», o Dirigente Clandestino (1941–1949)*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 498–502.

(77) Título do informe político apresentado por «Amílcar», pseudónimo de Sérgio Vilarigues, na reunião.

(78) «É possível uma saída pacífica para o Problema Político Português», *O Avante*, Série VI, n.º 226, 1.ª quinzena de janeiro de 1957, p. 1.

as críticas internas ao que viria a ser designado como «desvio», o V Congresso confirmou, face à «correlação de forças que se operam no País e no mundo», a possibilidade de «uma solução pacífica do problema político nacional» (79).

Ao longo dos meses seguintes, marcados pela candidatura do General Humberto Delgado à presidência da República, a figura de Salazar será objeto de particular menção por parte de *O Avante*. No âmbito das críticas dirigidas pelo Bispo de Porto António Ferreira Gomes à parcialidade da imprensa católica na campanha presidencial (e, indiretamente, a Salazar), o ditador será classificado de «político fossilizado, falho de realismo, um mau timoneiro que não levará a porto de salvamento a nau esburacada do seu regime» (80). O Estado Novo é então encarado como

um tumor maligno encravado no dorso da Nação, um foco de mal-estar e de perturbação nacional que tem de ser urgentemente lancetado pelo povo se queremos restabelecer num prazo breve a saúde abalada do país [...]. Na raiz desse tumor está o homem que envelheceu torturando o povo, abrindo-lhes as veias à voracidade dos monopólios, cavando o abismo da divisão entre os portugueses. Esse homem é Salazar. (81)

Subjacente a estas afirmações jaz a crença na mudança de regime por via do afastamento de Salazar e da «pacificação da família portuguesa» (82), uma posição que o PCP havia sempre combatido até então, inclusive no seio das frentes em que participou (83). O ditador

(79) «V Congresso do Partido Comunista português: resumo do informe político do Comité Central», *O Avante*, Série VI, n.º 242, 1.ª quinzena de outubro de 1957, p. 3.

(80) «Nós e os Católicos», *O Avante*, Série VI, n.º 264, 1.ª quinzena de outubro de 1958, p. 2.

(81) «Salazar é o maior obstáculo à Concórdia Nacional», *O Avante*, Série VI, n.º 268, 1.ª quinzena de dezembro de 1958, p. 1.

(82) «O afastamento de Salazar do poder é indispensável à pacificação da família portuguesa», *O Avante*, Série VI, n.º 271, 1.ª quinzena de fevereiro de 1959, p. 2.

(83) RABY, David L., «O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária», *Análise Social*, vol. XX (84), 1984, 5.º, pp. 687–700.

era, deste modo, elevado à «alvo de todas as lutas, as quais, levadas a formas superiores até às greves gerais políticas, abrirão o caminho para o seu rápido afastamento do poder sem efusão de sangue» (84).

A fuga de Cunhal e de outros nove dirigentes e quadros do PCP da Fortaleza de Peniche, ocorrida em inícios de 1960, determinará a correção do chamado desvio de direita. Na reunião do CC de 1961, à linha seguida pelo partido nos últimos anos era atribuída «uma orientação oportunista consubstanciada na fórmula da solução pacífica para o problema político português, na teoria da desagregação automática e irreversível do fascismo, em ilusões legalistas e golpistas». (85) Definindo o governo como «do capital monopolista (associação ao capital estrangeiro) e dos grandes latifundiários», a declaração do CC considerava que a queda do regime não ocorreria pelo

simples jogo das suas contradições internas, nem com o abrandamento da repressão e com uma liberalização do regime por livre vontade ou concessão de Salazar e da sua camarilha. A ditadura fascista não cairá por si, nem Salazar entregará o poder por se convencer finalmente que é esse o desejo da Nação. (86)

Estas condições obrigavam a um levantamento nacional, baseado na associação entre meios legais e ilegais, tese mais tarde desenvolvida em *Rumo à Vitória* (1964).

Diversos acontecimentos ocorridos no início da década de 1960 vieram corroborar a tese. O sequestro do paquete Santa Maria, a perda de Goa, Damão e Dio para a União Indiana, o início da guerra colonial e a tentativa de golpe de Estado conduzido por Botelho

(84) «O afastamento de Salazar do poder é indispensável à pacificação da família portuguesa», *O Avante*, Série VI, n.º 271, 1.ª quinzena de fevereiro de 1959, p. 2.

(85) «O Comité Central do Partido Comunista Português traça o caminho para o derrubamento do fascismo e retifica um desvio de direita», *O Avante*, Série VI, n.º 299, abril de 1961, p. 1.

(86) «Declaração do Comité Central do PCP», *O Avante*, Série VI, n.º 299, abril de 1961, p. 6.

Moniz espelham quer a fragilidade, quer a ausência da unanimidade autoproclamada pelo regime, inclusive entre os círculos mais próximos de Salazar. No ano seguinte, as manifestações do 1.º de maio e a combatividade demonstrada perante os ataques das autoridades policiais revelariam a existência de uma força coletiva (com novos segmentos sociais, como o dos estudantes) que, devidamente organizada, poderia orientar a sua energia em direção à «revolução democrática e nacional».

O VI Congresso, realizado em 1964, indicaria o *Rumo à Vitória*, documento definidor de uma estratégia que se pretendia de levantamento nacional revolucionário e do seu programa político⁽⁸⁷⁾, no qual se incluíam medidas de expropriação de monopólios, latifúndios (através da reforma agrária) e de empresas detidas por capitais estrangeiros⁽⁸⁸⁾. Embora a Salazar continuasse a ser concedido o devido protagonismo, a diferença entre o líder e o regime passou a ser propriamente vincada, atribuindo ao último não só um pendor político, mas igualmente económico. *O Avante* deixa assim claro que

Salazar não é o regime fascista. Ele deu corpo a uma política e a uma ideologia que servem os interesses das forças capitalistas. O regime

⁽⁸⁷⁾ Apesar de advogar o recurso à força, «a luta armada do povo e dos militares revolucionários», o informe avisa para a necessidade de uma série de condições tidas como objetivas, à altura inexistentes. O trabalho do Partido, segundo Cunhal, consiste em contribuir para uma situação revolucionária. Além de se garantir «uma vaga de lutas mais geral, mais variada, mais insistente, mais coordenada, mais dirigida», a influência junto dos soldados era imperativa. CUNHAL, Álvaro, *Rumo à Vitória*, Lisboa, edições «a opinião», 1974, pp. 165–180. Mais do que uma resposta às teses pacifistas, a exposição de Cunhal alerta para os perigos de uma insurreição prematura, indiferente às condições existentes. Esta conceção, embora fosse atribuída a grupos *esquerdistas*, não deixava de ser partilhada por militantes comunistas, atentos aos acontecimentos na China e em Cuba. A recente expulsão de Francisco Martins Rodrigues, suscitada (entre outras questões) pela defesa da luta armada, constituía a prova da porosidade do Partido a estas tendências. PEREIRA, José P., *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política: o Secretário-Geral (1960–1968)*, vol. IV, Lisboa, Temas e Debates, 2015, pp. 310–317.

⁽⁸⁸⁾ CUNHAL, Álvaro, *Rumo à Vitória*, Lisboa, edições «a opinião», 1974.

fascista é o poder dos monopólios, aliados ao imperialismo estrangeiro, e dos grandes agrários. São estes que comandam a máquina do Estado, oprimem e exploram a classe operária e as massas trabalhadoras, lançam os camponeses, a pequena burguesia urbana e sectores das classes médias numa situação de ruína e miséria.⁽⁸⁹⁾

Poucos meses antes da retirada de cena de Salazar, por motivos de saúde, o jornal publicou uma das poucas representações visuais do ditador a constar nas suas páginas (ver Fig. n.º 32). A ilustração refere-se ao caso «Ballet Rose», em que diversas personalidades, algumas com cargos ministeriais, foram responsáveis pelo abuso sexual de menores. Apesar da sua notoriedade, o escândalo não obteve quaisquer resultados a nível judicial, uma vez que «em nome da “Moral e do Direito” Salazar mandou [...] arquivar o processo»⁽⁹⁰⁾. Na figura, a descaracterização e menorização de Salazar ocorrem não só por via do ato figurado, enquadrado de forma irónica pela respetiva legenda, mas igualmente pela representação grotesca do seu corpo, significante de uma personagem débil e enfraquecida.

A sua substituição por Marcello Caetano merecerá um destaque relativo na publicação⁽⁹¹⁾, com o CC a publicar uma nota a qualificar o novo gabinete, «tal como antes o governo de Salazar», como «o governo da ditadura terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifúndios. O que desde já o distingue é continuar o salazarismo a coberto duma demagogia “liberalizante”»⁽⁹²⁾.

⁽⁸⁹⁾ «Unidade das Forças Democráticas no derrubamento da ditadura», *O Avante*, Série VI, n.º 375, fevereiro de 1967, p. 1.

⁽⁹⁰⁾ *Ibidem*.

⁽⁹¹⁾ Apesar de ter admitido a possibilidade de um «vácuo político» provocado pela morte de Salazar, Cunhal não alimentará qualquer esperança na morte do ditador. PEREIRA, José P., *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política: o Secretário-Geral (1960–1968)*, vol. IV, Lisboa, Temas e Debates, 2015, p. 452.

⁽⁹²⁾ Comité Central do Partido Comunista Português, «O Partido Comunista Português e o momento político atual», *O Avante*, Série VI, n.º 396, outubro–novembro de 1968, p. 1.

A menção da sua morte, no final do ano, adotará termos um tanto ou quanto semelhantes:

Com a morte de Salazar, desaparece o tirano que durante mais de 40 anos dirigiu com mão de ferro o regime fascista. Porém, a morte do ditador não pôs fim ao regime. Este prossegue sob a chefia de M. Caetano que foi um dos principais colaboradores de Salazar. Durante o longo reinado do ditador, inteiramente consagrado ao serviço dos monopólios aliados ao imperialismo e dos latifúndios, o terrorismo político constitui o seu principal instrumento de governo [...]. A morte física de Salazar provocará novas perturbações entre as hostes fascistas. Mas o fascismo não cairá por si. ⁽⁹³⁾

Conclusão

Ao longo dos quarenta anos do Estado Novo, os movimentos de oposição ao regime visaram Salazar não só como um indivíduo, mas também como um símbolo a combater. A cadeia de equivalência que suportava ideologicamente o regime tinha em Salazar um seu significante fundamental, essencial ao reforço da sua coerência. ⁽⁹⁴⁾ Ao contrário das abordagens tradicionais, que concebem o fenómeno populista como uma deturpação ideológica ao serviço de um projeto de ascensão pessoal ou corporativo, Laclau considera o populismo como uma «lógica política» ⁽⁹⁵⁾. Esta define-se a partir de uma rutura, ao nível da sociedade, entre um «povo» e uma autoridade (um «eles»), por sua vez determinada por um conjunto de reivindicações articuladas entre o primeiro e negadas pela segunda. O «povo» nasce assim de uma operação

⁽⁹³⁾ «Morreu Salazar. Abaixo a ditadura fascista!», *O Avante*, Série VI, n.º 419, dezembro de 1968, p. 1.

⁽⁹⁴⁾ LACLAU, Ernesto, «Populismo: o que há num nome?», in DIAS, Bruno P., NEVES, José (Ed.), *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão*, Lisboa, Tinta da China, Fundação EDP, 2010, p. 66.

⁽⁹⁵⁾ LACLAU, Ernesto, *On Populist Reason*, Londres, Verso, 2007, p. 117.

de dupla identificação: por um lado, de um conjunto de elementos heterogéneos que estabelecem uma «relação de equivalência» em torno de (pelo menos) um interesse, ideia ou objetivo em comum ⁽⁹⁶⁾; por outro, de um elemento antagónico, categorizado como impeditivo da concretização desse interesse, ideia ou objetivo. Este reconhecimento ocorre por via de um ato de significação, em que um dado componente, um significante, é investido de um significado mais amplo, passando a representar «uma totalidade inexistente» ⁽⁹⁷⁾, seja ela um povo, uma nação, uma sociedade. Passíveis de sujeição a investimentos e reinvestimentos, estes últimos conceitos constituem «significantes flutuantes», isto é, o seu sentido é atribuído pela «relação de equivalência» em que passam a estar inseridos e, paralelamente, pela «quebra das suas ligações com a força que constituía o seu promotor e beneficiário original» ⁽⁹⁸⁾. Neste sentido, o significante não constitui apenas um meio de luta, mas igualmente um terreno de luta.

Nesta linha de ideias, longe de ser ignorada, um dos objetivos da imprensa clandestina era dessacralizar a figura de Salazar, demonstrando que o seu laço matrimonial com o povo e a nação havia sido imposto. Ambas as publicações analisadas identificam, desde cedo, a natureza do regime político em causa, classificando-o de fascismo. Os meios mobilizados por anarquistas e comunistas na luta contra o mesmo apresentam, porém, diferenças inequívocas, visíveis no retrato de que Salazar será objeto.

No caso de *A Batalha*, a elevada presença do ditador na economia do seu discurso exibe um tom persecutório, pouco voltado para uma reflexão aprofundada e distanciada sobre o seu papel na criação e consolidação do Estado Novo. Embora o jornal apontasse críticas a outras figuras e instituições, como António Ferro e o Secretariado de Propaganda Nacional, a sua análise tende a sobrevalorizar

⁽⁹⁶⁾ O estabelecimento de relações de «equivalência» não implica que a sua particularidade seja, porém, abolida.

⁽⁹⁷⁾ LACLAU, Ernesto, «Why do empty signifiers matter to politics?», in LACLAU, Ernesto (Ed.), *Emancipation(s)*, Londres, Verso, 2007, p. 42.

⁽⁹⁸⁾ *Idem*, p. 45.

quer a natureza repressiva do regime, quer a liderança exercida por Oliveira Salazar, à altura sob operação de mitificação dirigida por Ferro. O atentado ao ditador representou uma tentativa de tornar estas teses consequentes, vindo no seu possível desaparecimento um passo determinante na libertação do país e, por via indireta, uma importante demonstração de solidariedade com a Espanha revolucionária. Mais do que um traço especificamente anarquista, visível na heterogeneidade política do grupo responsável, a tentativa de assassinato reflete os primeiros esforços de organização política antifascista, marcadas pela procura de uma solução imediata.

Aos poucos, como é possível observar em *O Avante*, Salazar será objeto de uma reconceptualização que, reconhecendo a sua primazia, considera que o Estado Novo resulta de uma articulação de figuras e organizações (públicas e privadas), não se limitando ao exercício de uma dominação meramente política. O reconhecimento do regime, e não apenas da pessoa, como inimigo insere-se numa articulação alternativa e antagónica produzida pelo PCP, nomeadamente a partir da chamada reorganização de início da década de 1940. A definição de um conjunto de metas alargadas, cujo cumprimento devia merecer uma responsabilidade igualmente alargada, é sintomática desse ensaio de construção de um povo. A sua agregação numa base negativa, dado que todas estão por preencher, constitui a pré-condição, mas não única, dessa forma de articulação política a que Laclau chama «populismo»⁽⁹⁹⁾. A formação de um sujeito popular implicará, portanto, a identificação do conjunto de responsáveis pelo incumprimento das reivindicações que o constituem.

Um tal percurso não será, contudo, linear. A ocorrência de «desvios», recorrendo à expressão utilizada pelo próprio PCP, é igualmente manifesta na «construção discursiva de um inimigo»⁽¹⁰⁰⁾.

⁽⁹⁹⁾ LACLAU, Ernesto, «Populismo: o que há num nome?», in DIAS, Bruno P., NEVES, José (Ed.), *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão*, Lisboa, Tinta da China, Fundação EDP, 2010, p. 59.

⁽¹⁰⁰⁾ *Idem*, p. 61.

As expectativas depositadas pelo PCP em processos eleitorais que depusessem Salazar poderão assim ser interpretadas como uma sobrevalorização da sua figura, um tanto ou quanto à semelhança do atentado, mas por meios pacíficos. A correção imposta pela direção de Cunhal vem, pelo contrário, destacar o Estado Novo enquanto estrutura de dominação económica⁽¹⁰¹⁾, exercida por grupos monopolistas e grandes latifundiários⁽¹⁰²⁾. Salazar é então reconhecido como símbolo deste eixo de forças e, enquanto significante, passa a existir para lá da sua mera pessoa.

A continuação do regime para lá da sua morte — o «Salazarismo sem Salazar» — confirmará as teses defendidas pelo PCP. A conjuntura de protesto verificada a partir da década de 1960 viria, no entanto, evidenciar outro tipo de desvios, à esquerda⁽¹⁰³⁾, expressão de um mosaico de orientações dificilmente conciliáveis numa unidade antifascista⁽¹⁰⁴⁾. A emergência de novas reivindicações e tendências, oriundas dos movimentos estudantis e contra a Guerra

⁽¹⁰¹⁾ NORONHA, Ricardo, «“O dobre de finados dos grupos monopolistas”: luta de classes e economia em Álvaro Cunhal», in NEVES, José (Ed.), *Álvaro Cunhal: Política, História e Estética*, Lisboa, Tinta da China, 2013, p. 94.

⁽¹⁰²⁾ Hermínio Martins define o salazarismo como uma ditadura classista em que o acesso aos cargos de direção política é «determinado pela origem social ou pelo recrutamento através de instituições militares ou educativas prestigiantes e altamente seletivas». Deste modo, «a elite política torna-se profundamente identificada com a classe alta». MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 1998, p. 103.

⁽¹⁰³⁾ A cisão no Partido Comunista Português protagonizada por Francisco Martins Rodrigues é enformada, entre outros aspetos, por uma desconfiança relativa à estratégia frentista do PCP. Numa obra dedicada à análise desta questão, o autor aponta críticas ao próprio conceito de frente popular, conforme teorizado por Dimitrov, considerando que o mesmo será responsável por um «salto de classe», com a luta estritamente antifascista «a tomar o lugar da luta proletariado-burguesia». RODRIGUES, Francisco M., *Anti-Dimitrov: 1935/1985 — Meio Século de Derrotas da Revolução*, Lisboa, Dinossauro/Abrente, 2008, pp. 22 e 23.

⁽¹⁰⁴⁾ GARCIA, José L., «Anti-Fascismo», in FRANCO, José E. (Coord.), *Dicionário dos Antis: a Cultura Portuguesa em Negativo*, Lisboa, INCM (no prelo).

Colonial, vem assim, mais uma vez, confrontar o PCP com os dilemas inerentes à construção de um povo. ⁽¹⁰⁵⁾

⁽¹⁰⁵⁾ A este nível, e embora as dificuldades sejam devidamente analisadas, estas limitações encontram-se incrustadas no próprio modelo de ação populista proposto por Laclau, o qual sobrepõe a dimensão performativa do discurso em relação ao seu pendor lógico-conceptual. Para o autor, a produção de hegemonia social depende mais do poder mobilizador de crenças e ideias, responsáveis por colmatar a heterogeneidade gerada pelas condições sociais de produção. Porém, a formulação original proposta por Gramsci parece contemplar uma maior relevância e dinamismo às questões materiais, apostando a sua estratégia no equilíbrio entre ambas e não na sobreposição de uma em relação à outra. NEGRI, Antonio, «Hegemony: Gramsci, Togliatti, Laclau», Versobooks, acedido a 1 de março de 2016, em: www.versobooks.com/blogs/2179-negri-on-hegemony-gramsci-togliatti-laclau.